



Revista del CESLA
ISSN: 1641-4713
ISSN: 2081-1160
bebereza@uw.edu.pl
Uniwersytet Warszawski
Polonia

O Brasil no contexto das guerras por recursos: o caso do petróleo

Andrade Alvarenga, Alexandre; Toribio Dantas, Alexis

O Brasil no contexto das guerras por recursos: o caso do petróleo

Revista del CESLA, vol. 26, 2020

Uniwersytet Warszawski, Polonia

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243364810013>


DOI: <https://doi.org/10.36551/2081-1160.2020.26.377-392>

O Brasil no contexto das guerras por recursos: o caso do petróleo

Brazil in the Context of Resource Wars: The Case of Oil


Alexandre Andrade Alvarenga aaa_ri@hotmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-6762-9282>

Alexis Toribio Dantas alexis.dantas@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4742-7197>

Revista del CESLA, vol. 26, 2020

Uniwersytet Warszawski, Polonia

Recepção: 11 Abril 2020

Aprovação: 20 Agosto 2020

DOI: <https://doi.org/10.36551/2081-1160.2020.26.377-392>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243364810013>

Resumo: Este artigo objetiva investigar as estratégias, ações, disputas e conflitos dos EUA em busca de petróleo, sobretudo a partir do pós-guerra, na conformação de sua geopolítica, e seus efeitos para a evolução recente da indústria de petróleo no Brasil. Nesse sentido, parte-se do conceito de *economia geopolítica de guerras por recursos*, marca fundamental da geopolítica moderna, uma ordem internacional caracterizada por conflitos e disputas entre diferentes atores internacionais e domésticos pelos principais recursos naturais estratégicos do planeta, diante de um cenário de escassez, degradação ambiental, de expansão da economia capitalista e de disputas hegemônicas. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema, com destaque para os principais eventos históricos e ações econômicas e geopolíticas dos EUA associadas ao conceito de *guerras por recursos*. O trabalho conclui que (i) os EUA sempre atuaram em relação ao petróleo a partir de uma lógica de disputas e conflitos, tanto no campo econômico quanto no campo geopolítico, com o objetivo de fazer valer sua supremacia e de suas empresas nacionais; e (ii) a reação geopolítica dos EUA à mudança de patamar do Brasil no que se refere ao volume de reservas, capacidade produtiva e marco legal do modelo de partilha no governo Dilma Rousseff, definindo a Petrobras como operadora exclusiva, colocou o Brasil no horizonte da guerra por recursos do petróleo.

Palavras-chave: economia geopolítica, guerra de recursos, petróleo no Brasil.

Abstract: This article aims to investigate the strategies, actions, disputes and conflicts of the USA in search of oil, especially after the Second World War, configuring its geopolitics, and its effects for the recent evolution of the oil industry in Brazil. In this sense, it starts from the concept of the geopolitical economy of resource wars, a fundamental characteristic of modern geopolitics, an international order marked by conflicts and disputes between different international and domestic actors searching for the main strategic natural resources on the planet, facing a scenario of scarcity, environmental degradation, expansion of the capitalist economy and hegemonic disputes. Thus, a literature review on this subject was carried out, highlighting the main historical events and economic and geopolitical actions in the USA associated with the concept of resource wars. The work concludes that (i) USA has always played a role in relation to the oil industry based on a logic of disputes and conflicts, both in the economic and in the geopolitical fields, with the objective of asserting its supremacy and that of its national companies; and (ii) the geopolitical reaction of the USA to the change in Brazil's level of the volume of reserves, productive capacity and legal framework (sharing model in the Dilma Rousseff government, defining Petrobras as the exclusive operator), put Brazil on the horizon of oil resource war.

Keywords: geopolitical economy, resource wars, petroleum in Brazil.

Introdução

A luta pela vida, pela sobrevivência e pelo desenvolvimento é também a luta por recursos naturais e energia, que pode se manifestar em diversos aspectos da vida natural e social. Nas relações internacionais, essa luta pode ser observada por meio de estratégias, ações, conflitos e disputas geopolíticas e econômicas entre atores internacionais e domésticos por regiões detentoras de recursos como petróleo, carvão, gás natural, ouro, urânio, terras raras, terras agricultáveis e recursos hídricos, criando o que alguns autores chamam de *guerras por recursos* ou *economia geopolítica de guerras por recursos*. Uma ordem internacional marcada por disputas e conflitos pela posse e pelo controle de recursos naturais e energéticos diante de um cenário de crescente escassez, de expansão da economia capitalista e de disputas hegemônicas, torna esses recursos ainda mais fundamentais para a segurança, soberania e desenvolvimento dos atores envolvidos.

Dentre esses os recursos, destaca-se o petróleo. Um recurso de utilização antiga que ascendeu na economia e na geopolítica mundial primeiramente como fonte de iluminação e depois com o combustível e matéria prima da indústria e das forças militares modernas, tornando-se uma *commodity geopolítica* e uma questão de segurança nacional, além da razão de disputas e conflitos globais, como na Guerra do Pacífico e na invasão da Alemanha à URSS em 1941, no Golpe de Estado do Irã em 1953, na Crise do Canal de Suez em 1956, na Guerra do Yom Kippur em 1973, na Revolução Iraniana de 1979, na Guerra Irã-Iraque na década de 80, na Guerra do Golfo em 1991, na Guerra do Iraque em 2003, na Guerra da Líbia em 2011 e na Guerra da Síria que se prolonga até hoje (Fiori & Nozaki, 2019; Yergin, 2010).

Atualmente, o petróleo representa 37% da matriz energética mundial, 93% da matriz de transportes e 71% da indústria química, além de ainda ser a principal base das matrizes energéticas dos exércitos nacionais, o que demonstra a sua importância para a economia e a geopolítica internacional. Dentre os principais produtores, destacam-se os EUA, Arábia Saudita e Rússia, e os maiores consumidores, EUA, China e Índia. Nas exportações, lideram Arábia Saudita, Rússia, Iraque e Irã e, no que se refere às importações, China, EUA e Índia (IEA, 2019). No que diz respeito às reservas mundiais, dois terços estão concentradas no território de quinze países, dos quais treze controlam suas reservas por meio do estado e de empresas de petróleo estatais (Fiori & Nozaki, 2019).

Em relação aos principais atores, os EUA destacam-se pelo papel que desempenharam e ainda exercem na economia e na geopolítica mundial do petróleo e pela crescente busca pelo controle das principais regiões produtoras e dos principais fluxos comerciais, o que demanda diferentes estratégias e ações. Considerado a maior potência econômica e militar do sistema internacional, os EUA também figuram entre os maiores produtores, refinadores, consumidores e importadores mundiais de petróleo, o que cria certa dependência e interdependência por petróleo

produzido em regiões longínquas e desafios para os interesses norte-americanos.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é investigar os efeitos dessa *guerra por recursos* na evolução recente da indústria do petróleo no Brasil, a partir das principais estratégias, ações, disputas e conflitos dos EUA por petróleo, tanto ao longo das últimas décadas do século XX, quanto no século XXI. A próxima seção discorre, então, sobre essas estratégias e ações coordenadas dos EUA na busca pelo controle geopolítico da indústria do petróleo e o acirramento do produto, uma *commodity estratégica*, nos *fronts* de guerra por recursos que marcam as últimas décadas desde o final do século XX até os dias atuais.

A terceira seção se ocupa da análise da formação e principais transformações da indústria do petróleo no Brasil, até a sua entrada no grupo dos grandes players internacionais – e como passa a ser alvo das guerras por recursos, sobretudo com a ação estadunidense. Ao final, na seção 4, são tecidos comentários finais acerca dos temas centrais abordados no texto.

Disputas e conflitos geoeconômicos – guerras por recursos

Com o fim da Guerra Fria, os EUA emergiram como potência hegemônica do sistema internacional, no entanto ainda dependente de petróleo importado e barato para manter seus projetos econômicos e geopolíticos. Diante desse cenário, somado ao desgaste em relação ao Irã e Iraque, os EUA buscaram maior aproximação diplomática e comercial com a Arábia Saudita e com as ex-repúblicas soviéticas, sobretudo por meio de suas multinacionais. Internamente, também incentivaram a exploração e o desenvolvimento do mercado de gás e de petróleo de folhelho (*shale*) por meio de apoio a empresas locais e da construção de infraestrutura para comercialização e exportação de gás natural (Yergin, 2010, 2014). Contudo, embora abundante em seu território, os custos de produção desses recursos revelaram-se elevados quando comprados ao petróleo saudita e ao de outros países, questionando sua viabilidade. Por outro lado, a ascensão da China e a reestruturação da Rússia, ao longo do século XXI, acirraram ainda mais a disputa internacional por petróleo e por outros recursos naturais e energéticos (Yergin, 2010, 2014), demandando novas ações e estratégias sobre esse recurso em nível global e deflagrando naquilo que Klare (2008, 2011) chamou de *guerras por recursos*.

De acordo com Le Billon (2004, 2005a, 2005b), uma “guerra por recurso” pode ser tradicionalmente definida como um conflito armado/violento ou ameaças visando controlar recursos naturais estratégicos e sua valoração e retorno. Entre as razões para detonar um conflito encontram-se a escassez dos recursos, necessidade, ganância e poder. Todavia, esses conflitos podem ser decorrentes, da mesma forma, de diferentes atores ao lado de Estados Nacionais e seu poder militar/bélico, apresentando diferentes aspectos e características – envolvem também atores e elementos políticos, econômicos e sociais que podem

criar disputas, violência, desgoverno, crises econômicas, corrupção mas, ao mesmo tempo, podem gerar cooperação, engajamento, apoio, governança e outras ações geopolíticas e econômicas relacionadas à política econômica doméstica. O conjunto desses atores e aspectos combinados buscam o controle e o poder sobre os recursos naturais, configurando uma “economia geopolítica de guerra por recursos”, a qual representa uma parte intrínseca da economia política da exploração e do uso dos recursos^[1].

Nesse enredo, percebe-se uma posição mais assertiva dos EUA em direção aos países detentores de petróleo, gás natural e outros recursos naturais estratégicos, bem como seu crescente envolvimento em disputas e conflitos militares, econômicos, políticos e jurídicos com esses países, dentre as quais se destacam: a invasão do Afeganistão em 2001 (Souza & de Moraes, 2015), a tentativa de golpe na Venezuela (2002), a invasão do Iraque (2003), a aplicação de sanções econômicas ao Irã (2005) a guerra civil da Síria (2006), a independência do Sudão do Sul (2008) e a deposição do regime na Líbia (2011). Em 2011, os EUA também espionaram e investigaram o governo brasileiro e a Petrobras, e, a partir de 2017, aplicaram sanções econômicas à Venezuela (Marco, 2017), seguidas de mais sanções econômicas ao Irã em 2019 e de ameaças de intervenção em ambos os países.

Em 2 de Janeiro de 2020, pouco mais de um mês após o Irã ter anunciado a descoberta de uma reserva de petróleo de 50 bilhões de barris, os EUA bombardearam o aeroporto de Bagdá e assassinaram o general iraniano Soleimane, acusando-o de patrocinar grupos terroristas na região e considerado um dos maiores geopolíticos do país (G1, 2019; Santos da Cruz & Lucizano, 2020). O episódio aprofundou ainda mais a tensão entre os países e aumentou o alerta mundial sobre a possibilidade de um novo conflito e de uma nova intervenção dos EUA na região. O Irã, por sua vez, retaliou com ataques uma base americana em Bagdá e anunciou o enriquecimento de urânio sem restrições e imposições internacionais (UOL, 2020a, 2020b).

Além de ações militares, articulações políticas, espionagem e sanções econômicas, os EUA também passaram a proteger suas reservas e seu mercado doméstico de petróleo por meio de ações políticas, judiciais e de campanhas midiáticas em defesa da segurança nacional. Um exemplo emblemático nesse cenário é o caso da disputa comercial em 2005 entre a americana Chevron e a chinesa CNOOC pela compra da Unocal, que detinha reservas ainda não exploradas nos EUA e na Ásia. De um lado, a Chevron ofertou 16,5 bilhões de dólares, quantia considerada exagerada por alguns analistas, mas que se justificava pelas reservas. Do outro lado, a CNOOC ofertou 18,5 bilhões, despertando preocupações de executivos da Chevron, do congresso e do governo dos EUA (Klare, 2008).

A compra de empresas nacionais de petróleo nos EUA por uma empresa estrangeira já havia ocorrido em outros momentos, no entanto, o caso da Unocal foi tratado como uma disputa geopolítica por recursos naturais escassos, mais especificamente por petróleo e contra a China, que emergia como a segunda maior economia do mundo e com um projeto

de hegemonia militar e econômica regional e mundial que desafiava os interesses dos EUA. Essa diferença foi fundamental para mobilizar diversos setores e atores em torno de uma campanha nacional contra a CNOOC, liderada, sobretudo, por executivos da Chevron, membros do congresso, meios de comunicação e o próprio presidente, que levaram a discussão para além do campo comercial e interpretaram a tentativa de aquisição chinesa como uma questão de segurança nacional (Klare, 2008).

Nesse contexto, a Chevron lançou uma ofensiva por meio de lobistas e parlamentares para pressionar o congresso a barrar a operação. Apesar da questão acerca do livre mercado ter sido invocada, as discussões sobre o caso ressaltaram mais os aspectos geopolíticos do que econômicos, sendo a CNOOC caracterizada como uma grande ameaça à segurança nacional dos EUA, uma vez que controlaria produção e fluxos de petróleo dentro do território norte-americano. Um marco dessa ofensiva foi a Resolução 344 da Câmara dos Deputados, que demandou revisão presidencial sobre o caso e destacou que petróleo e gás natural são ativos estratégicos em escassez e que a CNOOC canalizaria os ativos energéticos da Unocal para o regime chinês. A ofensiva também invocou a Emenda Exxon-Florio de 1988, que autorizava o poder executivo revisar e bloquear qualquer investimento estrangeiro nos EUA que ameaçasse a segurança nacional (Klare, 2008).

Em audiências dentro do congresso, também foi ressaltado que petróleo e gás natural são recursos finitos e inadequados para satisfazer de forma conjunta as necessidades norte-americanas e internacionais e que a China estava emergindo como o principal rival dos EUA na luta pelo controle das principais reservas ainda não exploradas, sendo inevitável um conflito por recursos energéticos escassos. Após outras iniciativas legislativas, o congresso lançou uma proposta de emenda ao *Energy Policy Act*, requisitando que o Departamento de Energia e outras agências revisassem as políticas energéticas da China antes mesmo de iniciar a revisão demandada pelo Emenda Exxon-Florio, o que demoraria meses. Dias depois, a CNOOC desistiu da compra e anunciou sua saída do leilão. Uma semana depois, os acionistas da Unocal votaram e aceitaram a oferta da Chevron (Klare, 2008).

Assim, para Le Billon (2005a) e Klare (2008), está emergindo uma nova configuração de poder mundial no século XXI em que a posse de recursos naturais e energéticos em um cenário de expansão da economia capitalista, de degradação ambiental e de escassez está se tornando um dos principais indicadores de poder, força, riqueza e desenvolvimento internacional, relativizando a posse de arsenais militares e nucleares, que foram predominantes no século XX. No entanto, essa percepção também está criando mais disputas e conflitos por recursos naturais, uma vez que a posse, o acesso e o controle desses recursos permitem desenvolver maior capacidade militar, projetos econômicos, tecnologias e melhores condições sociais. Dentre os principais recursos, destacam-se o petróleo, o gás natural, as terras raras, os minerais estratégicos, as terras agricultáveis, os recursos florestais e os recursos hídricos, que são fundamentais tanto no desenvolvimento de atividades econômicas mais tradicionais quanto

no desenvolvimento de atividades de alta tecnologia, como a indústria de defesa, nuclear, aeroespacial, química, de comunicação e de saúde.

Nesse contexto, a Rússia, apesar de derrota nas bases finais da Guerra Fria, adquiriu nova importância econômica e geopolítica em razão das abundantes reservas de petróleo, gás natural, carvão e urânio, enquanto os EUA, vencedores naquele momento, revelaram-se vulneráveis em razão da profunda dependência de petróleo importado, desafiando sua segurança e hegemonia.

Por outro lado, chama a atenção a ascensão da China, que pressiona ainda mais a demanda mundial por recursos e por energia e que, assim como outras potências do sistema, projeta-se cada vez mais em direção aos países em desenvolvimento detentores de recursos naturais, em especial na África e na América Latina. Esses, por sua vez, diante dessas disputas, tendem a sofrer pressões geopolíticas e instabilidades políticas e econômicas cada vez maiores em seus territórios, o que pode comprometer seus respectivos projetos de desenvolvimento econômico e suas respectivas soberanias. Todos esses fatores, por sua vez, caracterizam o que os autores chamam de *economia geopolítica de guerras por recursos*, uma ordem internacional caracterizada por conflitos entre diversos atores pela posse e pelo controle de recursos naturais, energéticos e estratégicos (Klare, 2008; Le Billon, 2005a).

Essas disputas e conflitos, por sua vez, não se manifestam somente no campo militar, mas também no campo econômico, político e social, o que sugere uma diversidade de atores, estratégias e ações. Nesse sentido, os principais atores são aqueles que produzem, demandam, consomem, controlam e disputam as principais reservas, fluxos comerciais e tecnologias de recursos naturais em escala global, como Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a Agência Internacional de Energia (IEA) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), dentre outros, como empresas multinacionais (privadas e estatais), organizações não governamentais e movimentos sociais. Cada ator com sua parcela de poder e capacidade de ação de acordo com sua natureza institucional e sua influência sobre determinado recurso, criando assim um sistema e uma ordem global diversa e complexa com diferentes estratégias e ações.

Dentro dessa economia geopolítica, vale destacar também que o poder resultante da posse e do controle de recursos naturais não é totalmente estável, permanente ou único, pois depende de diversos fatores, variáveis e elementos, tais como a natureza, a variedade e a disponibilidade de cada recurso; a tecnologia empregada na produção; a organização do transporte, das comunicações e dos mercados; o consumo e a demanda; e os interesses e os objetivos de cada ator. Assim, uma vez que um dos fatores é desestabilizado, como pelo advento de uma guerra, de uma crise, de uma revolução social, de uma revolução tecnológica, ou simplesmente pelo aumento da oferta de um recurso em algum mercado regional, maiores são as chances de mais instabilidades e conflitos surgirem em escala global pelo controle das principais recursos e reservas, modificando a estrutura

e a ordem de poder vigente e criando um cenário ainda mais extremo de conflitos, escassez e destruição dos próprios recursos. Por essas razões, muitos atores se esforçam para controlar a maior quantidade de recursos, de reservas e de fluxos energéticos em escala global, sobretudo de petróleo (Klare, 2005).

Para Fiori e Nozaki (2019), a percepção de que o petróleo é um recurso indispensável à segurança energética e estratégica dos países também acabou consolidando uma parceria indissolúvel entre os estados nacionais e suas empresas de petróleo (estatais e privadas) em busca de recursos, reservas e mercados. Nesse quadro, destacam-se as multinacionais privadas norte-americanas (Chevron, Exxon, Mobil) que operam em conjunto com o governo dos EUA, suas Forças Armadas e suas Agências de Informação em busca de posições favoráveis aos seus interesses em países que possuem fragilidades econômicas, políticas e institucionais. Essa aliança, somada à visão do petróleo como uma *commodity* geopolítica, tem como consequência a utilização de todo e qualquer meio que seja necessário e alcançável para garantir seus interesses, como, por exemplo, mudar regimes e governos, corromper governantes, políticos e executivos, ou mesmo juízes, procuradores, religiosos ou quem for necessário para a realização de objetivos estratégicos, afastando o mercado do petróleo da ideia de livre iniciativa, de livre concorrência e do âmbito do direito internacional. Para se ter uma ideia, de acordo com um estudo da Universidade da Califórnia, 41 de 141 processos movidos entre 1997 e 2013 pela *Security and Exchange Commission* (SEC) e pelo Departamento de Justiça norte-americano (DoJ) foram ações anticorrupção relacionadas ao setor de petróleo e gás.

Nesse contexto, destacam-se alguns casos recentes divulgados pela imprensa internacional de suborno, de compra de favores, de apoio à mudança de governos e de conflitos militares motivados por questões relacionadas ao petróleo e financiadas diretamente pelas grandes corporações do petróleo norte-americanas, como o caso de suborno da Halliburton na Nigéria em 1994 (182 milhões de dólares para participar do Projeto de Gás Natural Liquefeito de Bonny Island); a denúncia de suborno (80 milhões) da Mobil ao presidente do Cazaquistão na década de 1990, que contou com a participação da CIA; e o caso das sobretaxas pagas pela Chevron entre 2000 e 2002 para corromper o Programa Petróleo por Comida da ONU. No que diz respeito à Exxon, destacam-se os casos de suborno ao presidente da Guiné Equatorial em 2003 (500 milhões), ao governo da Nigéria em 2009 para obter concessões, ao da Libéria em 2011 para comprar de blocos petrolíferos e ao da Guiana em 2019 para obter direitos de exploração das novas reservas descobertas em águas profundas (Fiori & Nozaki, 2019). O Brasil passa a ser um dos alvos dessa guerra por recursos, como será visto a seguir.

O petróleo do Brasil: evolução e mudança de patamar no século XXI

O passo decisivo da Petrobrás no sentido de garantir as condições necessárias para a exploração e produção de petróleo no Brasil é a consolidação estratégica do PROCAP (*Programa de Capacitação Tecnológica em Sistemas de Exploração para Águas Profundas* – 1986/1992). O sucesso do programa ao longo dos anos 1980 e 1990 determinou, definitivamente, a trajetória técnico-econômica da indústria do petróleo no Brasil, garantindo uma elevação substancial da capacidade produtiva interna e, conseqüentemente, a participação crescente da produção doméstica no consumo interno do produto (Furtado & Freitas, 2004).

O final da década de 1990 e o início do século XXI, por seu turno, marcaram a constituição de novos horizontes que mudaram, fundamentalmente, os patamares de reservas brasileiras, ação estratégica da Petrobras e nível de produção e investimentos do setor. Desta forma, um novo ciclo de desenvolvimento econômico e de ascensão internacional iniciou-se no Brasil, combinando as categorias de soberania, segurança energética, crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico e tecnológico, considerando as expectativas na exploração do Pré-Sal e do processo de internacionalização da Petrobrás. O PROCAP 3000, lançado no segundo termo de Fernando Henrique Cardoso na presidência (1998-2002), permitiu a descoberta do Pré-sal (Ortiz Neto & Costa, 2007), com a primeira concessão para exploração ocorrendo em 2001^[2]. Ao mesmo tempo, quase imediatamente a viabilização desta nova fronteira técnico-produtiva^[3], foram sendo evidenciadas práticas de *guerras por recursos* no país, mesmo considerando as especificidades de sua manifestação.

Entre 2008 e 2010, a revelação do roubo de computadores e *hard drives* em uma sonda da Petrobras com aspectos do desenvolvimento da exploração do Pré-Sal, somada à reativação da IV Frota estadunidense, ampliando seu monitoramento para o Atlântico Sul demonstravam claramente o novo contexto. Além disso, vale mencionar o estabelecimento de canais de cooperação não oficial entre o Departamento de Justiça dos EUA e a Polícia Federal e do Ministério Público do Brasil, em movimento não informado e, portanto, não permitido pelo Ministério da Justiça e, desta forma, ilegal. Na esfera política brasileira, revelam-se as conversações (divulgadas no *Wikileaks*; G1, 2010) de executivos da petroleira Chevron, através de agentes do consulado norte-americano no Rio de Janeiro com o senador por São Paulo José Serra, quando acordaram para a reversão da Lei de Partilha do Pré-Sal – a preocupação da Chevron relacionava-se ao aumento da participação da chinesa Sinopec e da russa Gazprom no Brasil.

A vitória eleitoral de Dilma Rousseff para a presidência em 2010, derrotando exatamente José Serra, frustrou aquelas negociações para alteração da Lei da Partilha, além de estimular ainda mais o avanço

da exploração e produção no Pré-Sal. Em 2013, o ex-analista da Agência Nacional de Segurança dos EUA, Edward Snowden, revela que a Petrobras (além de outros membros do governo e da própria presidenta), sofria investigação governo dos EUA desde 2011. Das manifestações de junho de 2013 ao lançamento em 2014, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal da operação “Lava Jato”, esquemas de corrupção na Petrobras envolvendo burocratas, políticos e empresários de grandes empreiteiras nacionais tomaram conta do processo político, com importante cooperação extraoficial da força tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal no Paraná e o Departamento de Justiça dos EUA – com papel chave exercido pelos meios de comunicação (Coutinho, 2018).

Pinto sobre essa questão aponta que:

Para completar a ‘tempestade perfeita’ o setor ainda atravessou uma crise reputacional da Petrobras provocada pela Operação Lava Jato que implicou em ajustes de governança, redução de sua capacidade decisória e também com seus fornecedores que passaram por recuperações judiciais e falência. Isso implicou em ampliação do tempo de execução dos projetos de investimento em virtude dos impactos sobre os fornecedores nacionais da Petrobras. É evidente que a corrupção deve ser combatida e a Operação Lava Jato desmontou e revelou esquemas de corrupção entre empresários fornecedores, alguns altos dirigentes da empresa e políticos. No entanto, a operação o faz de maneira equivocada ao criminalizar qualquer tipo de relação entre o privado e o público e ao demorar em realizar os acordos de leniência com as empresas envolvidas nos atos ilícitos, implicando inclusive a falência de algumas dessas empresas. Com isso, a forma como a Lava Jato combateu a corrupção funcionou como um mecanismo de desestruturação de empresas e de suas cadeias produtivas, sobretudo no segmento de petróleo e gás, gerando uma autodestruição das bases produtivas, econômicas e sociais necessárias a qualquer projeto de desenvolvimento. (2020, p. 155)

A reeleição de Dilma Rousseff em 2014, apesar do ambiente de grande turbulência política, surpreendeu negativamente a aposta certa em sua derrota, considerando todas as ações políticas e midiáticas sobretudo a partir do avanço da operação Lava Jato, com efeitos devastadores para importantes personalidades do Partido dos Trabalhadores. Daí até o processo de *impeachment* o tempo foi curto. Já em abril de 2016, Dilma foi afastada e o vice-presidente Michel Temer, mesmo assumindo interinamente, muda totalmente o perfil político dos ministérios, exatamente no que pretendia o candidato derrotado nas eleições, Aécio Neves, de viés liberal. Colombini (2020) destaca, nesse contexto, que “a crise brasileira iniciada em 2014 possui uma grande centralidade da disputa geopolítica do petróleo, desde a forte queda dos preços internacionais e o início da operação Lava Jato na Petrobras em 2014, até o processo de impeachment e a completa reversão do modelo institucional de exploração de petróleo no país a partir de 2016” (p. 123).

Para a indústria do petróleo, cabe ressaltar, a indicação de José Serra para o Ministério das Relações Exteriores determinou a guinada definitiva para a agenda pretendida pelas multinacionais do petróleo, como no caso da Chevron. Destacaram-se, nesse sentido:

(a) a Petrobras deixou de ser legalmente a operadora única no Pré-Sal e isenção fiscal de 40 bilhões de dólares/ano às empresas estrangeiras do setor;

(b) início do processo de venda de ativos da empresa, reduzindo substancialmente sua amplitude de atuação como empresa de energia;

(c) a redução dos índices exigidos de conteúdo nacional nas compras junto aos fornecedores da indústria do petróleo, uma das principais âncoras da política industrial do governo Dilma;

(d) redução dos impostos sobre a renda petroleira e mercado de trabalho aberto para estrangeiros;

(e) não cumprimento dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil, determinado em contrato na empresa;

(f) adoção de política de preços que acompanhava a variação dos preços internacionais;

(g) elevação de 40% do total importado em 2014, para 80% em 2017 do diesel importado dos EUA.

Como resultado, após vários leilões realizados nas áreas do Pré-sal (Bacia de Santos e Bacia de Campos), houve um aumento substancial da participação das empresas estrangeiras no setor, responsáveis por cerca de $\frac{3}{4}$ dos arremates das áreas oferecidas.

Conclusão

A partir do que foi apresentado, percebe-se que o conceito de *economia geopolítica por recursos* está cada vez mais presente, recorrente e crescente nas relações internacionais, com destaque para a busca mundial por petróleo e para os EUA como um dos principais atores dentro dessa geopolítica. O pós-guerra marca a ascensão militar dos EUA no Oriente Médio e intervenções seguidas de aproximações políticas com Arábia Saudita, Irã e Iraque. A partir da década de 1970, percebe-se um conflito entre as multinacionais do petróleo e os países produtores e um afastamento diplomático dos EUA com Arábia Saudita, Irã e Iraque, o que por sua vez vai dar início a doutrina de segurança energética. Na década de 1990, a aproximação com a Arábia Saudita é fortalecida, seguida de sanções e intervenções no Irã e no Iraque, esse o caso mais emblemático sobre como opera a economia geopolítica do petróleo – a Guerra do Iraque de 2003, planejada pelo vice-presidente Dick Cheney em nome do combate às armas de destruição em massa, mas que, ao fim e ao cabo, favoreceu a entrada de empresas norte-americanas na exploração do petróleo iraquiano, incluindo a Halliburton, da qual Cheney havia sido presidente entre 1995 e 2000 (Fiori & Nozaki, 2019).

Como é possível observar, na virada do século, com o fim da Guerra Fria, os EUA passaram a ter uma postura ainda mais incisiva nessas regiões e a intervir com mais frequência, tanto nos países do Oriente Médio, quanto nos de outras regiões, como América Latina e África. Destacam-se, nesse caso, as ações militares e as sanções econômicas impostas a países detentores de petróleo, como Irã, Iraque e Venezuela. Por outro lado, destacam-se também as ações e estratégias de empresas

norte-americanas, que, em parceria com outras instituições dos EUA, como o próprio governo, promovem um discurso de livre comércio e liberdade econômica, mas que na prática adotam medidas monopolistas, de proteção de mercado, de espionagem e de corrupção, como no caso da venda da Unocal e dos diversos casos de corrupção envolvendo as principais multinacionais norte-americanas de petróleo, como Chevron, Exxon e Mobil.

No contexto geopolítico, destacam-se também algumas empresas norte-americanas, como Chevron, Exxon, Mobil, Halliburton, que, assim como outros atores da sociedade americana, como o congresso nacional, os meios de comunicação e a sociedade civil, pensam o petróleo como uma “*commodity* geopolítica” e como uma questão de segurança nacional. Essas empresas também agem de acordo com as doutrinas de segurança energética, desenvolvendo ações, estratégias, disputas e conflitos em busca das principais reservas de petróleo. Vale também destacar a relevância dos EUA na produção, refino e comercialização desse recurso. Como visto, os EUA sempre atuaram em relação ao petróleo a partir de uma lógica de disputas e conflitos tanto no campo econômico quanto no campo geopolítico com o objetivo de fazer valer sua supremacia e de suas empresas nacionais.

Especificamente no que diz respeito ao petróleo, nota-se que esse recurso continua a ser o principal combustível da economia e faz forças militares modernas e, portanto, fundamental para os diferentes projetos de desenvolvimento, soberania e hegemonia internacional, com destaque para os EUA, que trata o petróleo como uma questão de segurança nacional. Por outro lado, percebe-se que a ascensão do petróleo também esteve associada a disputas e conflitos domésticos e internacionais entre empresas privadas em um primeiro momento e depois entre estados nacionais e empresas estatais, o que demonstra a diversidade de atores e de campos de atuação dessa geopolítica. Esse cenário, por sua vez, tem criado mais disputas e conflitos entre diversos e diferentes atores internacionais, expandindo essa dinâmica para diversos países e demandando ainda mais pesquisas sobre o assunto e sua relação com a soberania e o desenvolvimento dos atores internacionais.

No que se refere ao Brasil, chama a atenção a confissão do ex-gerente de Serviços da Petrobras sobre o pagamento de suborno pela Halliburton e por outras multinacionais e empresas nacionais, como a Odebrecht e OAS, para obter contratos de plataformas de petróleo entre 1995 e 2010; e o vazamento e publicação de documentos e e-mails sobre o apoio da Chevron a políticos brasileiros em 2010 em troca da flexibilização da lei de partilha do Pré-Sal e de outros mecanismos de proteção do mercado nacional. Além de colocar o Brasil e a Petrobras em outro patamar na indústria do petróleo internacional, o Pré-sal, no sistema de partilha garantia exclusividade à Petrobras na operação do processo produtivo daquelas reservas, contrariando fortemente os interesses das principais petroleiras estadunidense.

A reação geopolítica dos EUA e a entrada do Brasil nas ações e estratégias da guerra por recursos do petróleo foi quase imediata à

implementação do sistema de partilha no governo Dilma Rousseff, dando suporte (e comando, em certa medida) à orientação da operação Lava Jato e seus efeitos sobre a Petrobras e o próprio destino do modelo de partilha, modificado logo após o *impeachment* de 2016 e a aprovação da Lei 13.365.

Referências

- Alvarenga, A. A. (2020). Guerras por recursos: o petróleo no Brasil. *Mural Internacional*, (11). <https://doi.org/10.12957/rmi.2020.47369>
- Bandeira, L. A. Moniz (2016). A desordem Mundial – O Espectro da total dominação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BBC (2019). 7 países onde os EUA realizam operações militares até hoje. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43438581> (Acesso em: 10/01/2020).
- Colombini, I. (2020). Crise da geopolítica do petróleo no Brasil e o ‘mundo invisível’ das para-petroleiras. *OIKOS*, 19(1), 122–141.
- Coutinho, F. (2018, 21 de abril). Histórico da disputa pelo Pré-Sal e a renda petroleira. *Ocupar a Petrobrás*. <https://felipecoutinho21.wordpress.com/2018/04/21/eventos-historicos-da-disputa-pelo-pre-sal-e-a-renda-petroleira/>
- Fiori, J. L., & Nozaki, W. (2019, 28 de agosto). Petróleo, guerra e corrupção: para entender Curitiba. *Carta Maior*. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Soberania-Nacional/Petroleo-guerra-e-corruptcao-para-entender-Curitiba/46/45082>
- Furtado, A. T. & Freitas, A. G (2004). Nacionalismo e aprendizagem no programa de Águas profundas da petrobras. *Revista Brasileira de Inovação*, 3(1), 55–86. <https://doi.org/10.20396/rbi.v3i1.8648892>
- G1. (2010, 13 de dezembro). Veja as mensagens vazadas pelo WikiLeaks que citam o Brasil. *G1*. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/veja-mensagens-vazadas-pelo-wikileaks-que-citam-o-brasil.html>
- G1. (2019, 10 de novembro). Irã anuncia descoberta de imenso campo de petróleo. *G1*. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/10/ira-anuncia-descoberta-de-imenso-campo-de-petroleo.ghtml>
- IEA (International Energy Agency). (2019). *Atlas of Energy*. <http://energyatlas.iea.org/>
- Klare, M. (2005). *Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America's Growing Dependency on Imported Petroleum*. Henry Holt & Co.
- Klare, M. (2008). *Rising Powers, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy*. Metropolitan Books.
- Le Billon, P. (2004). The political economy of resource wars. *Geopolitics*, 9(1), 1–28. <https://doi.org/10.1080/14650040412331307812>
- Le Billon, P. (2005a). *The Geopolitical Economy of 'Resource Wars'*. <http://is.cuni.cz/studium/predmety/index.php?do=download&did=41466&kod=JMB119>
- Le Billon, P. (2005b). *The Geopolitics of Resource War: Resource Dependence, Governance and Violence*. Frank Cass.

- Marco, D. G. (2017, 26 de agosto). Quais as consequências das sanções econômicas dos EUA à economia da Venezuela. *BBC*. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655>
- Ortiz Neto, J. B., & Costa, A. J. D. (2007). 'A Petrobrás e a exploração de petróleo offshore no Brasil: um approach evolucionário'. *Revista Brasileira de Economia*, 61(1), 95–109. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402007000100006>
- Pinto, E. C. (2020). Nacionalismo energético, Petrobras e desenvolvimento brasileiro: a retomada interdita. *OIKOS*, 19(1), 142–163.
- Santos da Cruz, B., & Lucizano, E. (2020). Ataque dos EUA em aeroporto em Bagdá mata general iraniano. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/01/02/ataque-dos-eua-teria-matado-general-iraniano-qassem-soleimani-diz-revista.htm>
- Souza, A. de M., & de Moraes, R F. Coalizões Globais Lideradas pelos Estados Unidos na Guerra ao Terror (2001-2011): Para Além do Unilateralismo (2015). *Contexto Internacional*, 37(2), 763–790. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292015000200014>
- UOL. (2020a). Foguetes atingem área da embaixada dos EUA em Bagdá; Trump reitera ameaças. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/01/05/foguetes-atingem-area-de-embaixada-dos-eua-em-bagda-trump-reitera-ameacas.htm>
- UOL. (2020b). Após ataques dos EUA, Irã anuncia que vai enriquecer urânio sem restrições. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/01/05/apos-ataque-dos-eua-ira-anuncia-que-vai-enriquecer-uranio-sem-restricoes.htm>
- Yergin, D. (2010). *O Petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. Paz e Terra.
- Yergin, D. (2014). *A busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno*. Intrínseca.

Notas

- [1] Nestes casos, uma variedade de atores pode intervir com pequenas ações ou com operações totalmente integradas, incluindo apoio político, econômico, financeiro e militar que pode vir de estados nacionais, organizações internacionais, funcionários diplomáticos, políticos nacionais, empresas privadas, corporações, direito empresas, lobistas, mercenários, movimentos sociais, trabalhadores e outros atores. Essa situação pode determinar, contudo, formas de resistência, como revoltas, motins e greves que podem desestabilizar o setor de recursos, a economia nacional e local e as próprias relações de poder. É também possível motivar movimentos independentes ou mesmo intervenção externa, que tomam a forma de apoio a golpes de Estado, fraude eleitoral, suporte a insurreições locais, sanções econômicas ou uso de força militar. Em muitos casos, poder externo e comercial associados esconde a agenda geopolítica e comercial motivando tais intervenções para “reestabelecer a ordem, estabilidade, democracia e regramento internacional”. (Le Billon, 2004, 2005a).
- [2] Segundo Alvarenga (2020, p. 7), “em 2005, no Governo Lula, a Petrobras realizou a primeira extração do Pré-Sal e, em seguida, descobriu grandes reservas na Bacia de Campos e de Santos, colocando o Brasil em um novo

patamar dentro da economia mundial do petróleo e elevando a estatal brasileira ao grupo das cinco maiores empresas de petróleo do mundo. Ainda em 2006, a Petrobras comprou a refinaria de petróleo de Pasadena nos EUA, gerando protestos por parte de setores nacionais”.

- [3] Ainda em Alvarenga (2020, p. 7), “em 2008, a estatal brasileira passou a ser a terceira maior empresa das Américas, quando investiu aproximadamente 54 bilhões de reais na economia brasileira e foi reconhecida internacionalmente pelos seus processos produtivos sustentáveis, eficientes e inovadores na exploração de petróleo em águas profundas. Em 2009, no segundo Governo Lula, foi aprovada a Lei de Partilha do Pré-Sal, que delegava ao Ministério de Minas e Energia, por meio do CNPE, a decisão de entregar determinadas áreas diretamente à Petrobras, caso seja de interesse nacional, ou de realizar licitações. No caso de licitações, a lei permitia a participação de empresas estrangeiras, mas estabelecia a Petrobras como operadora única do Pré-Sal com a participação mínima de 30% nos consórcios. Além disso, a nova legislação previa a criação de uma nova empresa estatal, a Petrosal, e do Fundo de Desenvolvimento Social”.